

cadernos
de estudos
leiríenses

11

LEIRIA
DEZEMBRO DE 2016





Título: CADERNOS DE ESTUDOS LEIRIENSES – 11

Editor: Carlos Fernandes

Coordenador Científico: Saul António Gomes

(Professor Associado com Agregação do Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)

Conselho Consultivo: Isabel Xavier, J. Pedro Tavares, Luciano Coelho Cristino, Mário Rui Simões Rodrigues, Miguel Portela, Pedro Redol e Ricardo Charters d’Azevedo

Concepção e arranjo da capa: Gonçalo Fernandes

Colecção: CADERNOS – 11

©Textiverso

Rua António Augusto da Costa, 4
Leiria Gare
2415-398 LEIRIA - PORTUGAL
E-mail: textiverso@sapo.pt
Site: www.textiverso.com

Revisão e coordenação editorial: Textiverso

Montagem e concepção gráfica: Textiverso

Impressão: Artipol

1.ª edição: Dezembro 2016

Edição 1185/16

Depósito Legal: 384489/14

ISSN 2183-4350

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

O quotidiano dos monges alcobacenses em dois manuscritos do século XV: o *Ordinário do Ofício Divino* Alc. 62 e o *Livro de Usos* Alc. 208

Catarina Fernandes Barreira*

A propósito de um primeiro artigo que publicámos¹ sobre os *Ordinários do Ofício Divino*, resolvemos regressar ao tema, mais concretamente ao estudo de um dos *Ordinários*, o Alc. 62, pelo interesse histórico, cultural e litúrgico que o mesmo tem vindo a revelar em estudos que, entretanto, viemos a realizar sobre outros manuscritos de Alcobaça.² Interessa-nos também abordar aqui, ainda que de forma breve, um outro manuscrito, um *Livro de Usos*, Alc. 208, produzido igualmente no *scriptorium* de Alcobaça e que menciona aspectos significativos do quotidiano dos monges alcobacenses.

O *Ordinário do Ofício Divino*, Alc. 62³

Como o nome o indica, os *Ordinários do Ofício Divino* são textos de apoio à vida interna das abadias, nomeadamente ao modo como, em contexto cisterciense, se celebram os Ofícios, através de um conjunto de “instru-

* Investigadora integrada do Instituto de Estudos Medievais/IEM da FCSH da UNOVA. Bolseira de Pós Doutoramento da FCT com a refª SFRH/BPD/70067/2010.

A autora não segue as regras do Novo Acordo Ortográfico.

¹ Ver BARREIRA (2), 2015: 131-152. Antes da publicação deste estudo, já havíamos abordado este manuscrito num artigo, BARREIRA, 2014: 177 e seguintes, e numa Ficha de catálogo: BARREIRA (1), 2015: 125 e 126.

² Nomeadamente sobre um *Ritual* de Alcobaça em Salzedas: RÊPAS e BARREIRA, 2016: 211-236 e BARREIRA e RÊPAS, 2016: 28-35.

³ O manuscrito encontra-se digitalizado e online em <http://purl.pt/26158>

ções” específicas (LEBIGUE, 2009; NEBBIAI, 2013: 74 e seguintes). O seu estudo, em simultâneo com os breviários e outros textos litúrgicos da abadia de Alcobaça contribuiu para percebermos melhor alguns rituais e o desenrolar de determinadas celebrações, bem como a sua evolução.

O termo *Ordinário* vem de *ordo*, ou rito, mas a partir do século XIII foi substituído por *ordinarium* (PEREIRA, 1996: 156). Para além das instruções sobre o modo como se celebram as festividades, os Ordinários foram também criados para resolver o problema das sobreposições entre o Próprio do Tempo e o Santoral, ou seja, apresentam soluções para resolver a hierarquia das festividades. Por exemplo, quando uma festa de doze lições coincide com o domingo: «De quando vier em Domingo a festa de Santo Estevão»⁴ (Capítulo 27 do Alc. 62). Ou maneiras de proceder numa situação extraordinária, como quando algum monge morria no «dia de Natal, como se haveria de fazer». Os *Ordinários* têm ainda a particularidade de se relacionarem directamente com devoções e especificidades litúrgicas locais (NEBBIAI, 2013: 74).

Com origem no *scriptorium* da abadia da Alcobaça chegaram até hoje, quatro *Ordinários do Ofício Divino*, datados do século XV: Alc. 209, Alc. 62, Alc. 63 e NLA ms 4346 e dois *Ordinários* do século XVI: Alc. 82 e Alc. 223⁵, todos em português (BARREIRA, 2015: 134). Desconhecemos se Alcobaça teve *Ordinários do Ofício Divino* mais antigos.

Em reforço das razões mencionadas ao início, sobre o seu interesse histórico, podemos dizer que este *Ordinário*, o Alc. 62, é um manuscrito especial, porque para além dos 270 capítulos (incluindo o Prólogo) que o constituem (e também os outros *Ordinários* de Alcobaça, que decerto foram copiados uns pelos outros), este códice contém um conjunto de informações únicas, que “dialogam” com outros manuscritos do *scriptorium* abacial e com os espaços do mosteiro (RÊPAS e BARREIRA, 2016).

O manuscrito apresenta o seguinte conteúdo⁶:

Fólio 1 ao fol. 3v: Notas, apontamentos vários e lista dos reis de Portugal, sobre os quais nos vamos deter mais à frente.

Fólio 4 ao fol. 9v: Calendário: não foi assinalada a festa da consagração

⁴ A autora optou por fazer uma transcrição actualizada das anotações presentes nos textos, em ordem a facilitar a sua compreensão pelo leitor.

⁵ Todos os manuscritos estão na Biblioteca Nacional de Portugal, à excepção do manuscrito 4346, que está na National Library of Australia e pertence à Braga Collection, com a designação: *Regulations of the Cistercian Friars in the Abbey of Alcobaca* (Portugal 1400).

⁶ Ver INVENTÁRIO, 1930: 58 e 59.

da Abadia de Alcobaça, no dia 20 de Outubro, dado para o qual não encontramos, de momento, justificação.

Fólio 10 ao fol.17: Tábua das «rubricas que compõe o *Ordinário do Ofício Divino* que mandou compilar o abade de Cister» num total de 270 rubricas.

Fólio 17v: Conjunto de argumentos sobre a pertença do manuscrito, quer a Seça, quer a Alcobaça (BARREIRA, 2015: 137 e 138).

Fólio 18 ao fol. 19: Prólogo do *Ordinário* (**Fig. 1**); Início do *Ordinário*: «Quando devem celebrar o Advento». A parte correspondente à totalidade



Fig. 1 – Prólogo do Ordinário do Ofício Divino Alc. 62 fol. 18 © Biblioteca Nacional de Portugal, fotografia de Catarina Fernandes Barreira

dos capítulos do núcleo do *Ordinário* foi concluída em 1475 de acordo com o texto no fol. 157v.

Fólio 157v ao fol. 166: Indicações para os monges, sobre as festas em que não laboram, em que dias as três lâmpadas ardem na igreja e no cabido, como devem comungar os monges, os conversos e os noviços, etc.

Fólio 166v ao fol. 171v: Tem início a *Ars Manualis*, com tabelas explicativas e diagramas circulares sobre as festas móveis.

Fólio 172 ao fol. 179v: Indicações das colectas para assinalar os sufrágios pelos *passados*.

Fólio 180 ao fol. 198: Tabelas para as fases da lua e indicações sobre a duração das horas de sol ao longo dos doze meses do ano. No fol. 196 uma notícia sobre o abade D. Nicolau que renunciou ao cargo de abade de Alcobaça em favor do arcebispo de Lisboa, D. Jorge da Costa (renúncia ocorrida em 1475, GOMES, 1998: 29) e a data da consagração do Mosteiro de Alcobaça (indicada a data de 1222). Este códice termina com as medidas dos mosteiros de Cister, Claraval e de Alcobaça, o testamento de S. Bernardo (fol. 197v) e a indicação de fórmulas que dizem respeito ao tratamento da família real (entre outros apontamentos, muitos riscados, no fol. 198v).

Um elemento que salta à vista quando folheamos este manuscrito é a quantidade de anotações que o mesmo exhibe: algumas são referências e memórias relativas ao Mosteiro de Alcobaça, e outras ao Mosteiro de Seixa (logo no fólio de guarda temos, escrito duas vezes *De Ceixa*) (**Fig. 2**). As referências a este último mosteiro datam de 1572 (fol. 1v), 1581 (fol. 196v), 1584 (fol. 1v), 1583 (fol. 179v), 1609 (fol. 198), 1624 (fol. 1v) e, por fim, 1672 (fol. 1v), ou seja, um intervalo de cem anos em que pensamos que este manuscrito tenha estado no Mosteiro de Seixa, ao que tudo indica, por empréstimo, porque a acompanhar algumas das memórias (datação das obras “novas”) vemos anotações com argumentos que refutam as tentativas de o ligar a Seixa, vinculando o manuscrito a Alcobaça (por exemplo, através do sufrágio de S. Lamberto). Desconhecemos os motivos pelos quais que este manuscrito foi para Seixa e lá permaneceu durante, pelo menos, uma centúria. No entanto, em 1532 Seixa tinha onze monges e cinco conversos de Alcobaça «que para ali tinham sido enviados no início da reforma da sua abadia» (SOUZA, 2005: 111). Terão nessa altura levado este códice, porque Seixa não tinha nenhum *Ordinário do Ofício Divino*⁷? Não o sabemos, mas é inte-

⁷ O Inventário de Seixa de 1408 não refere nenhum, o que não significa que não tivessem copiado entretanto um *Ordinário do Ofício Divino* (MARQUES, 2008: 268 e 269; MATTOSO, 2002: 288 e seguintes).

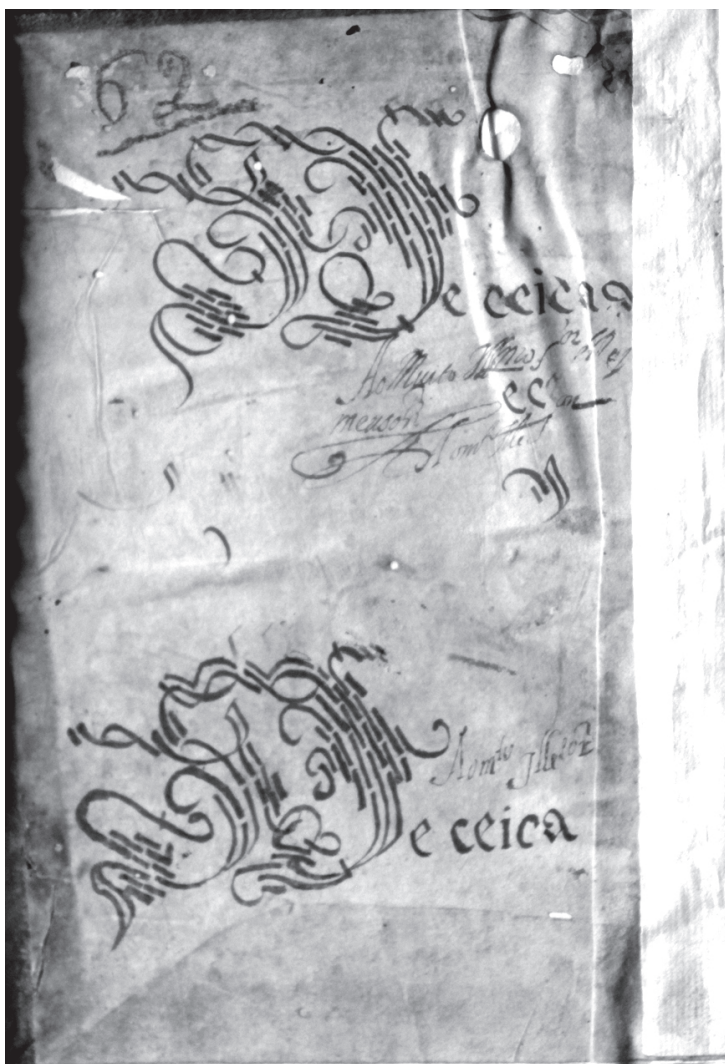


Fig. 2 – Fólio de guarda do Alc. 62 © Biblioteca Nacional de Portugal, fotografia de Catarina Fernandes Barreira

ressante perceber que os monges de Seiça reclamam a sua pertença ao longo dos fólhos. Também não conhecemos a data em que terá sido devolvido a Alcobaça, mas este manuscrito tem o carimbo da livreria de Alcobaça⁸.

⁸ O carimbo da livreria aparece nos manuscritos nas folhas de guarda, em papel, mas também nos primeiros fólhos: deve ter sido colocado nos manuscritos no âmbito da realização de um dos inventários. Sousa Viterbo interroga-se sobre a possibilidade de o autor do *Index* de 1775 ter sido também o

Em 1684, o *Radius Bibliothecae*, um inventário da livraria de Alcobaça, feito por Frei Bento de Bernardo, menciona, na *capsella* 97⁹, vol. 1454, um «Ordinário do Ofício Divino, e cerimónias da Ordem de Cister» (BERNARDO, 1684: 101). Será este manuscrito? Todos os outros *Ordinários* de Alcobaça não têm mais textos, para além das 270 rubricas que o constituem, à excepção do Alc. 62 e do Alc. 223, um *Ordinário* em papel, do século XVI, com os seguintes textos: Regra de S. Bento, Costumes de Cister, Definições do Capítulo Geral de 1318, Definições, documentos relativos às ordens militares, uma bula papal, cartas e informações variadas e termina com as rúbricas do *Ordinário* (BARREIRA, 2015: 149). Não nos parece que o conjunto de textos que acompanha este *Ordinário* possa ter sido designada, por um monge bibliotecário, por «cerimónias da Ordem de Cister».

Perguntamos também se será este o *Ordinário do Ofício Divino* ao qual se refere Frei Manuel da Rocha no seu *Index dos Livros manuscritos que há no Real Mosteiro de Alcobaça*, feito em 1723, com o número 248 (ROCHA, 1723: 67v). Pelo menos, em 1775 temos a certeza que já se encontrava no Mosteiro de Alcobaça, porque lhe foi atribuída a cota CXLVI, no *Index* redigido por Joaquim Francisco de Sá (SÁ, 1775: 84).

A sua origem no *scriptorium* de Alcobaça, para ser usado no Mosteiro de Alcobaça, está atestada por várias indicações, algumas que já tivemos oportunidade de abordar aqui e noutros locais (BARREIRA, 2015: 137 e 138), nomeadamente de como se devem comemorar, em Alcobaça, determinados ofícios ou ritos. Por exemplo, no fol. 159 está registado um argumento significativo relativo a um destes hábitos: «Segundo costume deste Mosteiro de Alcobaça...» e na margem, uma nota, com letra posterior: «Vide e sabereis de onde é este livro». (Fig. 3) Entre os fólhos 172 e 179v, indicam-se as colectas e mencionam-se as instruções relativas ao modo de comemorar os *passados*, aniversários que eram assinalados com uma procissão «acabada a missa fazem a cada um aniversário procissão na qual fazem quatro estações», cujas *stationes* estavam ligadas aos espaços do Mosteiro de Alcobaça (RÊPAS e BARREIRA, 2016: 219-220).

Mas vamos determo-nos no fol. 2, que tem uma lista «Dos Reis que foram em Portugal»: esta lista tem por objectivo mencionar onde jazem os

responsável pelas folhas de papel que contêm a autoria e a descrição da obra (VITERBO, 1916: 408). Ver NASCIMENTO, 2012: 293.

⁹ “Pequenas caixas ou invólucros onde os livros estariam” in SANTOS, 2015: 167.

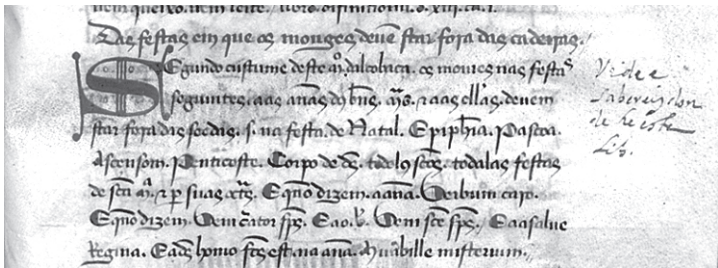


Fig. 3 – Detalhe do fol. 159 do Alc. 62 © Biblioteca Nacional de Portugal, fotografia de Catarina Fernandes Barreira

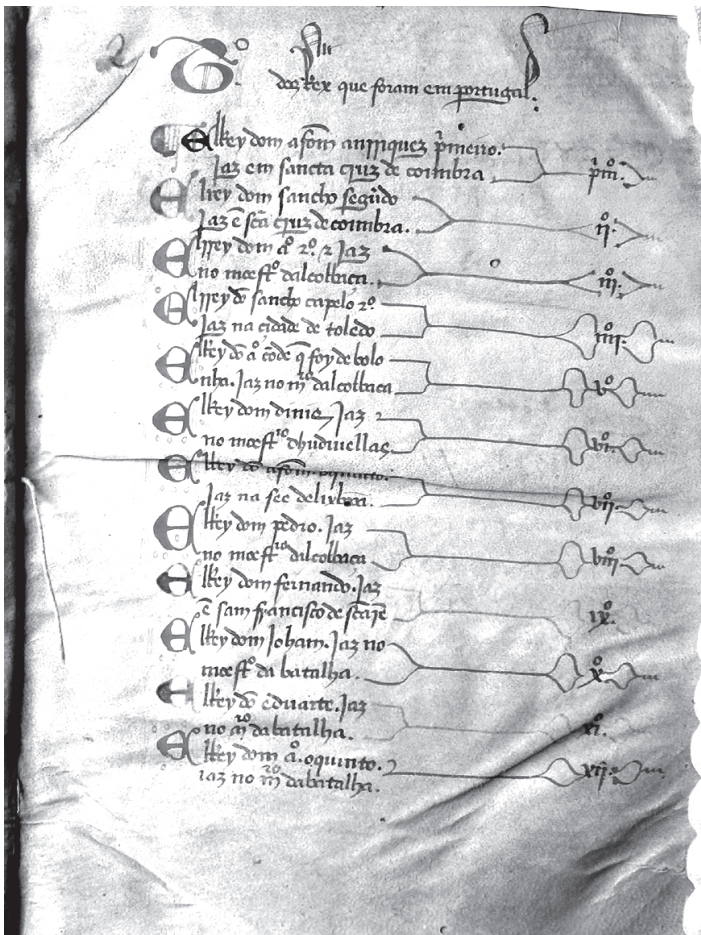


Fig. 4 – Lista dos reis do Alc. 62 fol. 2 © Biblioteca Nacional de Portugal, fotografia de Catarina Fernandes Barreira

reis portugueses (**Fig. 4**). Tem início com D. Afonso Henriques, com a indicação que jaz em Sta. Cruz de Coimbra e foi escrita por uma mão, num tipo de escrita regular, até ao rei D. Afonso V; irregular, de várias mãos e sem iniciais de cor até D. João III (sendo que D. João II aparece repetido). Este fol. 2 tem ainda a seguinte nota: «É este um dos mais curiosos livros que ainda de pena vi bem parece quando os antigos padres trabalhavam para alumiar aos que depois sucedemos...» A regularidade do fólio também nos informa que este deve ter sido terminado depois da morte de D. Afonso V, mais exactamente depois de 15 Outubro de 1481, data em que o *saimento fúnebre* chegou ao Mosteiro da Batalha (GOMES, 2006: 272).

Qual o objectivo desta lista, colocada ao início do manuscrito? Alcobaça tinha tido uma importante posição, junto da primeira dinastia, enquanto panteão régio – no Mosteiro jaziam, à época, os reis D. Afonso II, D. Afonso III e D. Pedro, para além de ter sido fundado por D. Afonso Henriques.¹⁰ Lembramos também que, apesar de D. Sancho II, morto em 1248, ter ficado em Toledo, o seu último testamento «chegou até nós bem conservado porque os monges alcobacenses o guardaram entre os seus diplomas régios» (FERNANDES, 2006: 17) pois era intenção do rei fazer-se sepultar em Alcobaça. Para os monges, a preservação desta memória, bem como as tentativas de reclamar o corpo do rei, nos anos seguintes à sua morte, teve um valor simbólico. Também não deve ter passado despercebido à comunidade monástica o primeiro testamento de D. Dinis e sua mulher, por terem elegido o mosteiro como panteão, embora mais tarde o local tivesse sido preterido, indo cada monarca para locais distintos (ROSSI VAIRO, 2013: 257 e seguintes). Esta dimensão de Alcobaça enquanto panteão real foi também enaltecida num manuscrito de finais do século XV, inícios da centúria seguinte, um *Ritual*, recentemente descoberto em Salzedas, mas que foi copiado no *scriptorium* de Alcobaça, para ser usado em Alcobaça (RÊPAS e BARREIRA, 2016: 215, 219 e seguintes).

Assim, em finais do século XV estavam sepultados nesta casa cisterciense três reis, e duas rainhas. No entanto, o prestígio deste mosteiro enquanto panteão real havia diminuído, porque a Dinastia de Avis havia elegido o Mosteiro da Batalha como local de sepultura, que ganhava agora um protagonismo significativo, em detrimento deste: à época, o Mosteiro da Batalha tinha o mesmo número de monarcas lá tumulados (D. João I e esposa, D. Duarte e esposa e D. Afonso V).

¹⁰ A procissão mencionada há pouco tinha também um sufrágio por D. Afonso Henriques (RÊPAS e BARREIRA, 2016: 230). Sobre o enaltecimento deste rei em Alcobaça nos finais do XV, ver SOALHEIRO, 2016: 33- 125.

O Livro de Usos, Alc. 208¹¹

Um outro tipo de manuscrito, com um conteúdo bastante interessante e também ligado ao quotidiano da abadia e dos seus monges, é o *Livro de Usos*. Da livraria de Alcobaça chegaram até nós dois *Livros de Usos* em português: o Alc. 208, datado de 1415 e o Alc. 278, de 1444 (GOMES, 2013: 431 e 432). Os dois estão mencionados no *Index dos Livros* de Frei Manuel da Rocha, de 1723, com os números 251 e 255 (ROCHA, 1723: 67v e 68).

Embora os seus conteúdos possam ter muitos aspectos em comum com os *Ordinários do Ofício Divino*, os *Livros de Usos* mencionam aspectos da vida quotidiana dos monges que os primeiros não têm. Vamos deter-nos no Alc. 208¹², que começa com um conjunto de orientações relativas ao canto (fol.1), uma adição ao núcleo inicial do manuscrito, escrita por Frei Álvaro de Gouveia em 1434, por ordem de D. Estevão, abade de Alcobaça (GOMES, 2013: 426). No verso do fólio tem início a tábua de capítulos, onde todos os itens tratados foram enumerados, num total de 122 capítulos. O texto propriamente dito tem início no fol. 4v, onde «Começam os ofícios eclesiásticos» relativos ao primeiro domingo do Advento.

Mário Martins foi um dos primeiros a chamar a atenção para o interesse que estes manuscritos encerram, em torno dos hábitos monásticos alcobacenses e menciona situações como a da Noite de Natal (fol. 6), onde o celeireiro devia mandar dois conversos fazer o fogo no calefactório, para que se aqueça o convento (MARTINS, 1950: 155). Há orientações em comum com os *Ordinários* – por exemplo, na indicação das colectas pelos *passados*, em que dias se dizem duas missas e também fornece indicações significativas relativas à resolução de “conflitos” resultantes da sobreposição do Santoral com o Temporal.

Este *Livro de Usos* fornece orientações pormenorizadas sobre as regras a cumprir relativamente ao acesso às diferentes divisões monásticas: «Nenhum não entre na cozinha, salvo o cantor para planar a tábua e os escrivães para fazer a tinta e enxugar o pergaminho, e o sacristão ou outro qualquer para acender a candeia para a igreja (...) podem entrar também os cozinheiros do abade e o enfermeiro por seu ofício...» (fol. 56v). Ou ainda, indicações preciosas como «O cantor pode ir até à porta dos escrivães mas não entre dentro, para dar os livros ou os tomar e também pelos livros do comum e das antífonas e dos hinos e dos ofícios domingal e santal e os liçoeiros e o colectário

¹¹ O manuscrito encontra-se digitalizado e online em <http://purl.pt/15004>

¹² Sobre este manuscrito ver NASCIMENTO, 2012: 973.

e o calendário e aqueles que lêem no refeitório, à mesa e à colação e no tempo da lição.» (fol. 97). E menciona que era da responsabilidade do cantor fechar o *armarium* onde se guardavam os livros durante determinadas horas do dia.

E quando, por algum motivo, um monge sangrava do nariz? E se tal acontecesse no momento da missa? «Se se soltar o sangue dos narizes ao sacerdote quando estiver à missa, dêem-lhe uma bacia em que caia o sangue...» (fol. 72).

De acordo com o testemunho do colofon (fol. 111), este livro foi terminado em 1415, por Estevão Anes de Lourido (**Fig. 5**): «Este livro escreveu e cabidou Estevão Anes Lourido, procurador do mosteiro de Alcobaça». ¹³ Este

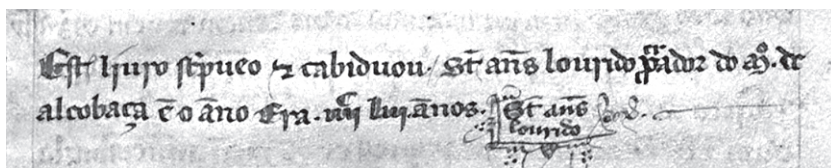


Fig. 5 – Colofon do Livro de Usos Alc. 208 fol. 111 © Biblioteca Nacional de Portugal, fotografia de Catarina Fernandes Barreira

copista terá copiado um outro manuscrito alcobacense, o Alc. 181, no ano seguinte (Inventário, 1930: 147). Em relação ao termo cabidouou, provém de certo da palavra *cabidar*¹⁴, o que corresponde a «prever, acautelar» (VITERBO, 1865: 153), o que neste âmbito, deve estar relacionado com a preparação do manuscrito.

Para terminarmos, a decoração deste manuscrito é bastante interessante: o primeiro domingo do Advento (fol. 4v) foi pontuado com uma grande inicial filigranada, em azul e vermelho, com as extremidades em forma de pendão. (**Fig. 6**) Os capítulos estão assinalados com iniciais de cor com filigrana, e algumas evocam as iniciais de cor dos manuscritos mais antigos do *scriptorium*. Mas o mais interessante neste manuscrito são os inúmeros desenhos que o mesmo exibe, quer os que aparecem na margem inferior dos fólhos, quer os que se desenrolam nas hastes das letras da primeira linha de texto. Na margem inferior, temos, por exemplo, um monge (fol. 12v); um cão (fol. 13), um burro (fol. 17), um cavalo (fol. 21), uma cena narrativa, com três

¹³ «Este livro srepveo e cabidouou Stevam Annes Lourido procurador do moesteiro de Alcobaça em o anno Era IIIJc LIIJ anos. Stevam annes lourido». Agradecemos ao Mário Farelo esta transcrição.

¹⁴ Uma sugestão do nosso colega João Luis Fontes, a quem agradecemos de forma penhorada.

aves e um cão (fol. 22v) (**Fig. 7**), um cavaleiro com a sua lança e escudo, na sua montada (fol. 32v), etc. Na margem superior, como aproveitamento das hastas das letras temos quase sempre representações de cabeças e/ou bustos: um diálogo entre duas figuras (fol. 40v), um rei, uma cobra e dois pássaros (fol. 48), duas figuras coroadas e um animal (fol. 51), etc. Estes desenhos não têm qualquer relação com o conteúdo textual dos diferentes capítulos deste *Livro de Usos*.

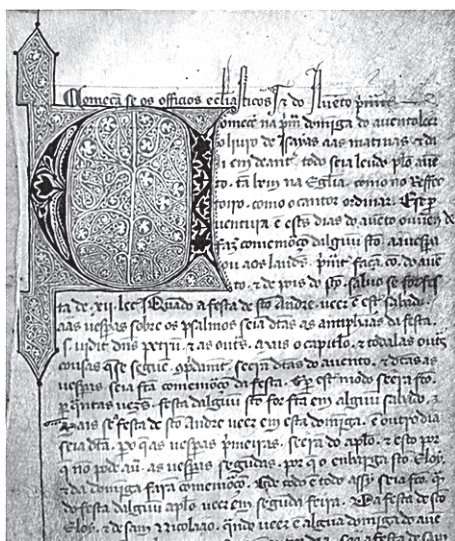


Fig. 6 – Inicial do fol. 4v do Alc. 208 © Biblioteca Nacional de Portugal, fotografia de Catarina Fernandes Barreira



Fig. 7 – Desenhos marginais do fol. 22v do Alc. 208 © Biblioteca Nacional de Portugal, fotografia de Catarina Fernandes Barreira

Notas finais

Para terminarmos, nunca é demais sublinhar que cada um destes manuscritos se constitui como uma fonte quase inesgotável de informações, quer do ponto de vista litúrgico, quer do ponto de vista histórico, cultural e artístico. Têm uma ligação directa com o seu contexto e com os monges que os copiaram e leram, anotaram, consultaram, ao longo dos anos. São testemunhos das vivências e dos usos dos monges no desenrolar do ano litúrgico. E que, por outro lado, os manuscritos dialogam entre si «Car le manuscrit, qui n'est

souvent qu'un témoignage isolé, ne prend tout son sens et ne délivre pleinement son message historique que s'il est ramené au sein de son contexte d'origine et d'utilisation. » (NEBBIALI, 2013 :15).

Agradeço à Biblioteca Nacional de Portugal por toda a colaboração que tem dado a este projecto de Pós Doutoramento e pelo empenho na salvaguarda e divulgação do património nacional. À FCT pela bolsa de Pós Doutoramento que me tem permitido investigar sobre os manuscritos de Alcobaça. Quero ainda expressar um agradecimento aos meus colegas Mário Farello, João Luís Fontes e Luís Miguel Rêpas.

Bibliografia

- BARREIRA, Catarina Fernandes – “A iluminura portuguesa no século XV e o missal alcobacense 459” in AFONSO, Luís Urbano e PINTO, Paulo Mendes (Org.) - *O livro e as interações culturais judaico-cristãs em Portugal no final da Idade Média*, Lisboa: Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, Faculdade Letras Universidade de Lisboa, 2014, p. 161 – 190
- BARREIRA, Catarina (1) – “Ficha do Ordinário do Ofício Divino e Ars Manualis” in AFONSO, Luís Urbano e MIRANDA, Adelaide (Coord.) - *O livro e a Iluminura judaica em Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2015, p. 125 – 126.
- BARREIRA, Catarina Fernandes (2) - “Questões em torno dos Ordinários do Ofício Divino de Alcobaça” in FERNANDES, Carla Varela, (coord.) - *Imagens e Liturgia na Idade Média*. Bens Culturais da Igreja, n.º 4. Lisboa: Secretariado para os Bens Culturais da Igreja, 2015, p. 131 – 152.
- BARREIRA, Catarina Fernandes e RÊPAS, Luís Miguel – “Um Ritual de Alcobaça em Salzedas” in *Invenire. Revista dos Bens Culturais da Igreja* nº 12, 2016, p. 28 – 35.
- BERNARDO, Frei Bento de - *Radius Bibliothecae Secu[n]dariae Regalis Archicoenobii Alcobacensi [Manuscrito] / Ex quo Radioli Bis duodecim radiant*. Alcobaça, 1684. Disponível em <http://purl.pt/24966/1/index.html#/1/html>, [Consulta realizada em 03/09/2016].
- FERNANDES, Hermenegildo – *D. Sancho II*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.
- GOMES, Saul - *D. Afonso V*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.
- GOMES, Saul – “A vida litúrgica entre os monges de Alcobaça em meados de Quatrocentos: o Regimento dos Sacristães-Mores” in CARREIRAS, José Albuquerque (dir.) – *Mosteiros Cistercienses. História, Arte, Espiritualidade e Património*. Alcobaça: Jorlis, Tomo II, 2013, p. 423-448.
- Inventário dos Códices alcobacenses*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1930/2
- LEBIGUE, Jean-Baptiste - *Liturgical Documents: French Ordinals*. Kalamazoo (Michigan), United States, May 2009.
- MARQUES, Maria Alegria – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008.

- MARTINS, Mário – “Da vida e da morte dos monges de Alcobça” in *Brotéria, Revista Contemporânea de Cultura*. Lisboa, vol. LI, fasc. 2-3, 1950, p. 153 a 166.
- MATTOSO, José – *Obras Completas. Poderes Invisíveis. O imaginário medieval*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.
- NASCIMENTO, Aires Augusto - *Ler contra o tempo. Condições dos textos na cultura portuguesa*. Centro de Estudos Clássicos, Lisboa, 2012, 2 vols.
- NEBBIAI, Donatella - *Le discours des livres. Bibliothèques et manuscrits en Europe IX^e - XV^e siècle*. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, 2013
- PEREIRA, Isaías da Rosa – “Dos livros e dos seus nomes. Bibliotecas litúrgicas medievais” in *SIGNO. Revista de Historia de la Cultura Escrita*, nº 3, Universidad de Alcalá de Henares, 1996, p. 133-161.
- RÊPAS, Luís Miguel e BARREIRA, Catarina Fernandes - “Place and Liturgy in an Illuminated Ritual from Santa Maria de Alcobça” in FERNANDES, Carla Varela, (coord.): *Imagens e Liturgia na Idade Média*. Bens Culturais da Igreja. Lisboa: Secretariado para os Bens Culturais da Igreja, 2016, p. 211-236.
- ROCHA, Fr. Manuel da – *Index Dos Livros manuscritos que há no Real Mosteiro de Alcobça*. Cod. 913//13, BNP, 1723. Disponível em <http://purl.pt/22671/3/cod-913/cod-913_item3/index.html>. [Consulta realizada em 11/07/2016].
- ROSSI VAIRO, Giulia – “Da Abadia de Santa Maria de Alcobça ao Real Mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas: o projecto monumental dos reis D. Dinis e D. Isabel para o novo panteão régio” in CARREIRAS, José Albuquerque (Coord.) – *Mosteiros Cistercienses. História, Arte, Espiritualidade e Património*. Alcobça: Jorlis, 2013, p.253-265.
- SÁ, Fr. Francisco de – *Index codicum Bibliothecae Alcobatiae, in quo non tantum códices recensentur, sed etiam quot tractatus, epistolas, &c. singuli codices contineant, exponitur, aliaque animadvertuntur notatu digna*. Olisipone: Typographia Regia, 1775.
- SANTOS, Fernanda Campos – *Para se achar facilmente o que se busca. Bibliotecas, catálogos e leitores no ambiente religioso (séc. XVIII)*. Lisboa: Caleidoscópio, 2015
- SOALHEIRO, João – “Traditio fundationis”: O Mosteiro de Santa Maria de Alcobça e a interpretação do passado cisterciense do Reino de Portugal em tempos medievais” in MARQUES, Maria Alegria F. e AMARAL, Luís Carlos (Coord.) – *De Cister a Portugal: o tempo e o(s) modo(s)*. Livro do XI Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões. São Cristóvão de Lafões: Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2016, p. 33-125.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos (Coord.) – *Ordens Religiosas em Portugal. Das origens a Trento – Guia histórico*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de - *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam. 2.^a ed. revista, correcta e copiosamente adicionada de novos vocábulos, observações e notas críticas com um índice remissivo*. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865.